

SUMÁRIO

1. Por que Maria da Penha?	19
2. O ciclo da violência	23
2.1. Estereótipos de gênero	23
2.2. O perverso ciclo da violência	26
3. Um olhar no tempo	35
3.1. No passado	35
3.2. Um novo tempo	39
3.3. Sem mais tempo	41
4. Tratados internacionais	47
4.1. Compromissos internacionais	47
4.1.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)	48
4.1.2. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher	49
4.2. A força dos tratados	51
5. Uma violação aos Direitos Humanos	55
5.1. O direito desdobrado em gerações	55
5.2. A violência contra a mulher	57
6. Questões constitucionais	65
7. Conceito e âmbito de incidência	69
7.1. Conceito de violência doméstica	69
7.2. Tipificação fora do âmbito do direito penal	72
7.3. Família	75

7.4.	Relação íntima de afeto	76
7.5.	Unidade doméstica	78
7.6.	União homoafetiva	79
7.7.	Namoro	81
8.	Formas da violência	83
8.1.	A violência em suas diversas formas	83
8.1.1.	Violência física	86
8.1.2.	Violência psicológica	89
8.1.3.	Violência sexual	95
8.1.4.	Violência patrimonial	100
8.1.5.	Violência moral	103
9.	Os atores da violência	107
9.1.	A abrangência da Lei	107
9.2.	Os atores da violência	109
9.3.	Sujeito ativo	110
9.4.	Sujeito passivo	112
10.	Violência e suas Penas	119
10.1.	O que mudou	119
10.2.	Reflexos nas relações familiares	121
10.3.	Alterações no âmbito penal	122
10.3.1.	Feminicídio	124
10.3.2.	Lesão corporal	124
10.4.	Prisão preventiva	126
10.5.	Crime continuado	129
10.6.	Comparecimento a programa de recuperação e reeducação E acompanhamento psicossocial	130
10.7.	Cesta básica	134
10.8.	<i>Sursis</i>	136

11. Femicídio	139
11.1. Conceito	139
11.2. Legítima defesa da honra	140
11.3. Tipificação	142
11.4. Competência	144
12. Retratação, Desistência ou Renúncia?	147
12.1. Algumas definições	147
12.2. Representação e renúncia na Lei dos Juizados Es- peciais	150
12.3. Representação e renúncia na Lei Maria da Penha ...	151
13. Delitos Sujeitos à Representação	155
14. A Posição dos Tribunais Superiores	161
14.1. Supremo Tribunal Federal	161
14.1.1. Constitucionalidade da lei Maria da Penha	162
14.1.2. Tutela da identidade de gênero	162
14.1.3. Audiência de custódia	163
14.1.4. Legítima defesa da honra	163
14.1.5. Acesso a cargos públicos	164
14.2. Superior Tribunal de Justiça	164
14.2.1. Natureza jurídica	164
14.2.2. A vítima da violência	165
14.2.3. Competência	166
14.2.4. Segredo de Justiça	167
14.2.5. Intimação eletrônica	167
14.1.6. Audiência de retratação	168
14.2.7. Coabitação	168
14.2.8. Lesão corporal leve e contravenção penal	169
14.2.9. Agravamento da pena	170

14.2.10.	Prazo de vigência das medidas protetivas ..	170
14.2.11.	Descumprimento da medida protetiva	171
14.2.12.	Motivação	171
14.2.13.	Garantia do trabalho	172
14.2.14.	Indenização por dano moral	172
14.2.15.	Fungibilidade recursal	173
14.2.16.	Princípio da insignificância	173
14.2.17.	Suspensão condicional do processo e da pena	174
14.3.	Jurisprudência em tese do STJ	174
15.	Competência	177
15.1.	Definição da competência	177
15.2.	Competência da Justiça Federal	178
15.3.	Competência de juízo	179
15.4.	Competência funcional	182
15.5.	Competência por prerrogativa de função	183
15.6.	Competência <i>ratione personae</i>	183
15.7.	Competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e das Varas Criminais	190
15.7.1.	Juízo da execução	191
15.7.2.	Competência recursal	193
15.8.	Competência dos juízos de família	193
15.9.	Competência do júri	195
15.10.	Foro de eleição	195
16.	Medidas protetivas de urgência	199
16.1.	Tutela de urgência	199
16.2.	Natureza jurídica	203
16.3.	Aspectos processuais	206

16.4.	Medidas que obrigam o agressor	211
16.4.1.	Limitação ao uso de arma de fogo	212
16.4.2.	Separação de corpos e proibição de contato	213
16.4.3.	Restrição de contato com os filhos	216
16.4.4.	Obrigação alimentar	217
16.4.5.	Frequência a programas de recupera�o e re- educa�o e acompanhamento psicossocial	220
16.5.	Medidas que protegem a vítima	222
16.5.1.	Medidas de natureza patrimonial	224
16.6.	Execu�o das medidas protetivas	229
16.7.	Descumprimento das medidas protetivas	231
17.	Garantia do trabalho	233
17.1.	Natureza jurídica	233
17.2.	No serviço público	235
17.3.	Na iniciativa privada	237
18.	O papel do Ministério Público	241
18.1.	Atua�o	241
18.2.	Banco de dados	245
18.3.	Atribui�es	247
19.	Providências policiais	249
19.1.	Para onde se dirigir	251
19.2.	Escuta da vítima	252
19.3.	Registro da ocorrência	253
19.4.	Fato at�pico	255
19.5.	Representa�o	255
19.6.	Encaminhamento da medida protetiva a juízo	257
19.7.	Prisão em flagrante	258
19.8.	Penas restritivas de direito	258

19.9.	Acordo de não persecução penal	259
19.10.	Fiança	259
19.11.	Prisão preventiva	260
19.12.	Inquérito policial	261
19.13.	Identificação criminal	263
20.	Procedimento judicial	265
20.1.	No âmbito dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM)	265
20.2.	No âmbito das Varas Criminais	267
20.3.	Rito	270
20.3.1.	Provas	271
20.4.	Competência	273
20.5.	Medida protetiva de urgência	276
20.5.1.	Prazo de vigência	282
20.5.2.	Audiência de acolhimento e verificação	283
20.6.	Retratação à representação	286
20.7.	Audiência de custódia	287
20.8.	Ações criminais	288
20.8.1.	Indenização por dano moral	292
20.9.	Feminicídio	293
20.10.	Ações cíveis	294
20.11.	Recursos	297
21.	Políticas públicas	299
21.1.	Previsões legais	299
21.1.1.	Lei Maria da Penha	300
21.2.	Legislação extravagante	306
21.3.	Conselho Nacional de Justiça	310

ANEXOS	315
1. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006	317
2. Tratados e convenções internacionais	339
2.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	339
2.1.1. Decreto 4.377, de 13 de setembro de 2002 ..	355
2.1.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	356
2.1.3. Decreto 4.316, de 30 de julho de 2002	364
2.2. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção Belém do Pará”	365
2.2.1. Decreto 1.973, de 1.º de agosto de 1996 ..	375
3. Temas e Súmulas dos Tribunais Superiores	377
3.1. Supremo Tribunal Federal	377
3.1.1. Tese de repercussão geral	377
3.2. Superior Tribunal de Justiça	378
3.2.1. Teses de repercussão geral	378
3.2.2. Súmulas	378
4. Enunciados	381
4.1. Fórum Nacional de Juízes da Violência Doméstica (FONAVID)	381
4.2. Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (copevid) do Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União	391
4.3. Conselho Nacional de Justiça	404
4.4. IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família	404

Referências bibliográficas	407
Obras da Autora	423
Coordenação de obras coletivas	425